

1 Informações gerais

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS (a "Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo ("BM&FBOVESPA").

A Companhia é controlada diretamente pela Cosan S.A. Indústria e Comércio, com a participação de 60,69%.

O Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) (antiga Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE)).

O Contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por 20 anos mediante requerimento da concessionária.

A ARSESP é responsável por garantir a execução do contrato e por regular, controlar e monitorar as operações de energia no Estado de São Paulo.

O contrato de concessão supracitado descreve as obrigações da Companhia, as regras para os procedimentos de revisão tarifária quinquenal e os indicadores de qualidade e de segurança para os quais a Companhia deve cumprir. A Portaria ARSESP nº 160/01 definiu condições gerais de fornecimento de gás canalizado.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devam ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 20 de janeiro de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação nestas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todas as informações apresentadas, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - nas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela Portaria ARSESP nº 22 de 19 de novembro de 1999.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.2 Apresentação das informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria-executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados e divulgados em reais, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez diária com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado"; (b) empréstimos e recebíveis; (c) mantidos até o vencimento; e (d) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía instrumentos classificados nas categorias: (i) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado"; exceto pelos derivativos conforme Nota 2.7; (ii) mantidos até o vencimento, e (iii) disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos e recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Os empréstimos e recebíveis vencíveis em até 12 meses após a data do balanço são classificados no circulante e os demais são classificados no não circulante.

Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo, quando aplicável. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não são compensados, exceto pelos derivativos e depósitos judiciais com fornecedores conforme nota 17, cujo valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia periodicamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.6 Valor justo

O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

2.7 Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos são registrados pelo valor justo e suas variações monetárias são reconhecidas no resultado do exercício.

As variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado. Os derivativos protegem a Companhia contra o risco de juros fixos e de variação cambial de empréstimos e financiamentos, passando-os para taxas flutuantes no mercado local (percentual do CDI). O ganho ou perda relacionado com os *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas/receitas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos em moeda estrangeira, atribuíveis ao risco de taxa de juros e/ou câmbio, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas/receitas financeiras".

2.8 Contas a receber

São reconhecidas pelos valores faturados, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.9 Estoques

Os materiais diversos são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

Os materiais destinados a obras em andamento estão registrados como estoques.

2.10 Ativos não circulantes destinados à venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa.

Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

2.11 Intangível

(a) Contrato de concessão

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, conforme descrito na Nota 1, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP, conforme divulgado na Nota 14.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Sujeito a avaliação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época.

(b) Contratos com clientes - fidelização

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 14.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 14.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, quando significativos são mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), ou pelo valor justo quando estiver protegido (*hedge*). Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado financeiro ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por um prazo maior que 12 meses após a data do balanço.

2.15 Provisões e passivos contingentes

As provisões para processos fiscais, trabalhistas e cíveis são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança. Os passivos contingentes são aqueles avaliados como de perdas possíveis e são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e as provisões são registradas como exigíveis.

2.16 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.18 Obrigações com benefícios de aposentadoria

(a) Benefícios pós-emprego

A Companhia oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

- Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.
- Suplementação de aposentadoria, concedida através de um plano de contribuição definida, por meio de um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. O custo de proporcionar estes benefícios é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do participante. Os custos dos serviços correntes são refletidos no lucro operacional e os custos de financiamento são refletidos no financiamento dos custos no período em que ocorrem.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta diversas metas além do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.19 Arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos mercantis nos quais a Companhia assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Todos os outros tipos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional. O arrendamento mercantil financeiro é capitalizado no início do contrato pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada um dos pagamentos do arrendamento é alocado ao passivo e a encargos financeiros, sendo as correspondentes obrigações de arrendamento, líquidas dos encargos financeiros, incluídas no passivo financeiro. O elemento de juros do custo do financiamento é debitado à demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento de modo a gerar uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de cada período. O intangível adquirido nos arrendamentos financeiros é amortizado pelo prazo de vida útil do ativo. Os pagamentos efetuados no âmbito de arrendamentos operacionais são registrados na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.21 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela distribuição de gás no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada cliente.

(a) Receita por prestação de serviços - faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida ao resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

(b) Receita por prestação de serviços - não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram, conforme descrito na Nota 10. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

(c) Receita de construção - ICPC 01 (R1)

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) - "Contratos de Construção", com base no andamento da construção do ativo. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos.

A Companhia não reconhece ganho na margem de construção de infraestrutura, conforme mencionado na Nota 2.11(a).

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

À medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

3 Normas, alterações e interpretações de normas existentes

3.1 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

3.2 Alterações e interpretações adotadas pela companhia

OCPC 07 - "Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros". Trata-se dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Impairment do contas a receber

A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todas as quantias devidas de acordo com os termos do crédito original.

A Companhia faz uma análise individual dos devedores significativos e os outros numa base conjunta, e se houver qualquer evidência de que a Companhia não receberá o valor em aberto, a perda estimada é registrada.

(b) Provisões

As provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações.

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros que são negociados em mercados ativo. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda, para os quais não há negociações em mercados ativos.

(d) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia em conjunto com seus atuários externos, determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22.

(e) Receita não faturada

Conforme mencionamos na Nota 2.22 - "Reconhecimento da receita" - letra (b) - a receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram.

Gestão de risco financeiro

(a) Principais riscos associados à estratégia financeira da Companhia

Política para gerenciamento de riscos e utilização de derivativos

A Companhia mantém uma Política de Tesouraria, aprovada em Conselho de Administração, com revisões periódicas, que determina a padronização e o objetivo para o qual as operações financeiras deverão seguir dentro da Companhia. Além disso, esta política determina a metodologia de avaliação de risco de crédito da contraparte (operações de câmbio, derivativos, aplicações financeiras e garantias) e estipula quais são os instrumentos financeiros permitidos.

A administração dos riscos associados das operações financeiras é feita por meio da aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Este conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação.

Com o objetivo de promover a melhor gestão do caixa da Companhia, a administração segue a política interna de manutenção de linhas destinadas ao gerenciamento do capital de giro e destinadas a investimentos em linha com as projeções de fluxos de caixas futuros, cujas estimativas não possuem diferenças relevantes em relação ao caixa realizado, em virtude da estabilidade do negócio da Companhia.

Como parte de suas operações, a Companhia está exposta aos riscos decorrentes de flutuações nas taxas de juros e de câmbio. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, a fim de controlar a exposição deste tipo, em conformidade com as políticas de tesouraria. A Companhia celebra contratos de câmbio futuro e de *swaps* de moedas para reduzir o risco cambial de determinados fluxos de caixa em moeda estrangeira, e para gerenciar a composição da moeda estrangeira de seus ativos e passivos. Alguns contratos combinam simultaneamente em moeda estrangeira e operações de *swap* de taxas de juros.

Quando houver liquidez suficiente no mercado financeiro, a Companhia buscará contratar as operações de derivativos com valores e prazos exatamente iguais aos fluxos de caixa das exposições em negociação.

Analisando sempre a melhor alternativa e respeitando a política de gerenciamento de risco, acima mencionada, com relação ao percentual mínimo de *hedge* a ser contratado, de 75% do valor nominal, para valores acima de US\$ 500 mil.

A Companhia calcula o valor justo da taxa de juros e a variação da taxa de câmbio usando valorização de mercado, quando disponível, ou, se não estiver disponível, descontando todos os fluxos de caixa futuros pela curva de juros de mercado na data do balanço.

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de dividendos pagos.

A Companhia monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira, que envolvem a geração de caixa (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), endividamento de curto prazo e endividamento total. Estes índices (*covenants*) são utilizados por instituições financeiras em contratos de empréstimos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o resultado destes *covenants* estava dentro dos parâmetros estabelecidos nos acordos contratuais.

Um dos índices de alavancagem financeira utilizado pela administração está demonstrado abaixo:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Dívida líquida	1.829.541	2.095.898
LAJIDA	<u>1.434.668</u>	<u>1.403.249</u>
(=) Dívida líquida/LAJIDA	<u>1,28</u>	<u>1,49</u>

Conciliação LAJIDA

LAJIDA - R\$ Mil

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado líquido	611.601	618.911
(+) Tributos sobre o lucro	245.261	261.945
(+) Resultado financeiro	193.025	191.005
(+) Amortização	385.347	331.943
(-) Outras amortizações	(566)	(555)
LAJIDA	<u>1.434.668</u>	<u>1.403.249</u>

(c) Riscos associados

(i) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros em função das suas posições ativas e passivas. Este risco pode ser coberto por meio da utilização de *swaps* de taxas de juros, no qual a Companhia pode trocar posições prefixadas para pós-fixadas em reais (percentual do CDI ou outra taxa flutuante em reais).

(ii) Risco cambial

A Companhia atua no mercado de crédito bancário, captando recursos em moeda nacional e estrangeira para financiar seus investimentos e capital de giro, ficando exposta a riscos decorrentes das variações das taxas de câmbio e juros das moedas estrangeiras.

O risco decorrente desta possibilidade é a perda e restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando possivelmente os saldos de passivo denominados nestas moedas. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de hedge, que permite à Companhia trocar os riscos de variação destas moedas, geralmente atrelados as variações do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), utilizando instrumentos de forwards ou swaps cambiais.

Para se proteger da exposição cambial e das taxas de juros dos contratos de financiamento em moeda estrangeira, a Política de Tesouraria determina a cobertura cambial do principal e dos juros até o vencimento final da operação de empréstimo, para pelo menos 75% do valor total bruto (valor nominal).

Quando não houver *swap* cambial disponível no mercado financeiro para cobrir o prazo total da operação, este deve ser feito pelo maior prazo possível.

A Política de Tesouraria proíbe a utilização de instrumentos derivativos para fins especulativos, sendo permitidos somente para proteção de riscos previamente identificados (operações de proteção - *hedge* - sendo somente *swaps* e *forwards* os instrumentos autorizados).

As operações com fornecedores de gás podem ser vinculadas em moeda estrangeira. O risco decorrente reflete na variação do contas a pagar e no custo de gás. A exposição às variações da moeda estrangeira é absorvida pelo ativo (passivo) regulatório, os quais são repassados aos clientes periodicamente nas revisões tarifárias.

(iii) Risco de crédito

Não existe concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas. Este risco é representado por contas a receber de consumidores da Companhia em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia dispunha dos seguintes principais instrumentos financeiros:

- . Caixa e equivalentes de caixa - conforme Nota 9.
- . Contas a receber - clientes - conforme Nota 10.
- . Empréstimos e financiamentos - conforme Nota 15.
- . Instrumentos financeiros derivativos - conforme Nota 16.
- . Ativos do plano de aposentadoria – conforme Nota 22.

A Companhia não possui exposição a risco relativo a transferências de ativos financeiros no final dos exercícios apresentados.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira.

A Companhia está exposta ao risco de liquidez, incluindo os riscos associados com o refinanciamento de empréstimos e financiamentos à medida que suas respectivas datas de vencimentos se aproximam, com o risco que as linhas de crédito não estejam disponíveis para atender as necessidades de caixa e compromissos futuros da Companhia além do risco de que os ativos financeiros não possam ser facilmente convertidos em recursos sem que haja perda de valor.

Para a mitigação desse risco a Companhia adota duas diretrizes gerais:

A Companhia tem como política a manutenção da taxa de juros para seus credores em taxas flutuantes em moeda local. Caso esses empréstimos e financiamentos sejam captados a taxas diferentes dessas, a Companhia poderá utilizar instrumentos derivativos.

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo em instituições de primeira linha com liquidez diária.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente nas demonstrações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

					2014
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Empréstimos	615.207	594.194	2.339.833	491.551	4.040.785
Fornecedores e outras contas a pagar	852.603	-	-	-	852.603
	<u>1.467.810</u>	<u>594.194</u>	<u>2.339.833</u>	<u>491.551</u>	<u>4.893.388</u>

					2013
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros não derivativos					
Empréstimos	437.311	513.022	1.603.968	829.893	3.384.194
Fornecedores e outras contas a pagar	714.486	-	-	-	714.486
	1.151.797	513.022	1.603.968	829.893	4.098.680

					2014
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos usados para <i>hedge</i>					
Saídas (COMGÁS)	(249.031)	(446.340)	(366.380)	(29.971)	(1.091.722)
Entradas (COMGÁS)	227.142	476.011	566.482	59.812	1.329.447

					2013
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos					
Derivativos usados para <i>hedge</i>					
Saídas (COMGÁS)	(93.727)	(412.758)	(600.941)	(102.861)	(1.210.287)
Entradas (COMGÁS)	40.773	361.968	744.150	170.552	1.317.443

(d) Swaps dos financiamentos em moeda estrangeira

Conforme especificado no item "Instrumentos financeiros derivativos" - Nota 16, os *swaps* cambiais contratados transformam na prática, o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI - eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos *swaps* são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Os *swaps* são realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação.

São considerados *swap* sem caixa. Os detalhes da operação estão explícitos na tabela abaixo.

A Companhia os carregará até o vencimento e sua contabilização é feita no grupo de instrumentos financeiros derivativos.

Os critérios de determinação, métodos e premissas aplicadas na apuração dos valores justos são referentes ao preço negociado no mercado ativo, e estão de acordo com a sistemática estabelecida em contratos firmados entre as partes.

Seguem os valores dos instrumentos financeiros derivativos resumidos a seguir:

Descrição	Contraparte	Moeda original	Valor <i>notional</i>	Percentual		Vencimento final
				Ativo	Passivo	
EIB II - primeira liberação	Bancos diversos	USD	84.381.326	VC + 3,881 a.a.	94,34 CDI	Junho de 2020
EIB II - segunda liberação	Bancos diversos	USD	39.922.159	VC + 2,936 a.a.	95,20 CDI	Setembro de 2020
EIB II - terceira liberação	Bancos diversos	USD	71.400.000	VC + LIBOR 6M + 0,483	88,47 CDI	Maio de 2021
EIB II - quarta liberação	Bancos diversos	USD	72.435.000	VC + LIBOR 6M + 0,549	81,11 CDI	Setembro de 2021
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	SCOTIABANK	USD	75.000.000	VC + 3,7975 a.a.	113,75 CDI	Julho de 2017
TOKYO - Resolução nº 4.131	TOKYO	USD	50.000.000	VC + 2,8114 a.a.	100,00 CDI + 0,6 a.a.	Fevereiro de 2018
BOFA - Resolução nº 4.131	BOFA	USD	50.000.000	VC + LIBOR 3M + 1,10 a.a.	100,00 CDI + 0,4 a.a.	Agosto de 2015

Não existem diferenças relevantes entre o valor de mercado e o valor justo desses instrumentos.

(e) Análise de sensibilidade

A Companhia, conforme determinado na Instrução da CVM nº 475, desenvolveu uma análise de sensibilidade identificando os principais fatores de riscos que podem gerar variações nos seus instrumentos financeiros: empréstimos, financiamentos e derivativos.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos a eventos futuros. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos aqui estimados, devido a subjetividade inerente ao processo de preparação destas análises.

Essas variações podem gerar impactos nos resultados e/ou fluxos de caixa futuros da Companhia conforme a seguir:

- . Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis (CDI) foram mantidos com base nas curvas na apuração de 31 de dezembro de 2014.
- . Os efeitos aqui demonstrados referem-se às possíveis variações no resultado para os próximos 12 meses.
 - . Cenário I (provável) - manutenção nos níveis de juros e câmbio conforme níveis observados em 31 de dezembro de 2014.
 - . Cenário II (50 %) - redução em 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2014.
 - . Cenário III (25%) - redução em 25% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2014.
 - . Cenário IV 25% - aumento em 25% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2014.

. Cenário VI 50% - aumento em 50% em cada um dos fatores de risco em relação ao observado de 31 de dezembro de 2014

Descrição	Risco	Redução da taxa			Aumento da taxa	
		Cenário I (provável)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+25%)	Cenário V (+50%)
Conta-corrente regulatória (*)	Variação da SELIC	105.075	52.537	26.269	(26.269)	(52.537)
Dívida em moeda estrangeira						
Dívida	Variação do USD	(435.436)	(217.718)	(108.859)	108.859	217.718
Derivativo (ponta ativa)	Variação do USD	<u>435.436</u>	<u>217.718</u>	<u>108.859</u>	<u>(108.859)</u>	<u>(217.718)</u>
Efeito líquido		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Derivativo (ponta passiva)	Variação do CDI	4.960	2.480	1.240	(1.240)	(2.480)
Dívida em moeda nacional						
Dívida CDI	Variação do CDI	(14.981)	(7.446)	(3.723)	3.723	7.446
Dívida TJLP	Variação da TJLP	(144.553)	(72.277)	(36.138)	36.138	72.277
Dívida IPCA	Variação da IPCA	(23.045)	(11.522)	(5.761)	5.761	11.522
Total das variações no resultado para os próximos 12 meses:						
Considerando conta-corrente regulatória		<u>(72.544)</u>	<u>(36.228)</u>	<u>(18.113)</u>	<u>18.113</u>	<u>36.228</u>
Não considerando conta-corrente regulatória		(177.619)	(88.765)	(44.382)	44.382	88.765
Premissas						
SELIC (conta-corrente regulatória)		11,65	5,83	8,74	14,56	17,48
SELIC		11,65	5,83	8,74	14,56	17,48
USD		2,66	1,33	2,00	3,33	3,99
CDI		11,57	5,79	8,68	14,46	17,36
TJLP		5,50	2,75	4,13	6,88	8,25

(*) Efeitos da conta-corrente regulatória descritos na Nota 6.

(f) Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros que são negociados num mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza uma variedade de métodos e faz suposições que são baseadas em métodos e condições amplamente utilizadas pelo mercado na data de cada balanço.

A Companhia segue o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- . Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo:

	<u>2014</u>
	<u>Nível 2</u>
Ativos	
Derivativos usados para <i>hedge</i>	<u>335.058</u>
Total do ativo	<u><u>335.058</u></u>
Passivos	
Empréstimos e financiamentos	(1.157.957)
Instrumentos financeiros derivativos	<u>(4.960)</u>
Total do passivo	<u><u>(1.162.917)</u></u>
	<u>2013</u>
	<u>Nível 2</u>
Ativos	
Derivativos usados para <i>hedge</i>	<u>257.814</u>
Total do ativo	<u><u>257.814</u></u>
Passivos	
Empréstimos e financiamentos	(1.046.701)
Instrumentos financeiros derivativos	<u>(48.282)</u>
Total do passivo	<u><u>(1.094.983)</u></u>

Ativo (passivo) regulatório

	2014	2013
	<hr/>	<hr/>
Custo de gás a recuperar/(repassar)	243.713	345.349
Créditos de tributos a recuperar/(repassar)	(1.120)	2.517
Ajuste a valor presente sobre tributos	61	(137)
	<hr/>	<hr/>
	242.654	347.729
	<hr/>	<hr/>
Saldo inicial	347.729	380.894
Saldo final	242.654	347.729
	<hr/>	<hr/>
Despesa não reconhecida no resultado antes do IR/CS	(105.075)	(33.165)
	<hr/>	<hr/>
Ativo (passivo) regulatório	(124.495)	(59.173)
Atualização	26.359	34.376
Outros	(6.939)	(8.368)
	<hr/>	<hr/>
	(105.075)	(33.165)
	<hr/>	<hr/>

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluídos nas tarifas cobradas aos clientes e o custo real de gás incorrido, são apurados em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta-corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos nas tarifas são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador e para fins de imposto de renda. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que o respectivo saldo não é registrado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de novas aquisições por parte dos consumidores da Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras aqui apresentadas.

Instrumentos financeiros por categoria

	2014		
	Empréstimos e recebíveis	Derivativos usados para hedge	Total
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Depósitos judiciais	42.029	-	42.029
Instrumentos financeiros derivativos	-	335.058	335.058
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	762.433	-	762.433
Caixa e equivalentes de caixa	973.707	-	973.707
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	1.778.169	335.058	2.113.227
	<hr/>	<hr/>	<hr/>

	2013		
	Empréstimos e recebíveis	Derivativos usados para hedge	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Depósitos judiciais	26.671	-	26.671
Instrumentos financeiros derivativos	-	257.814	257.814
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	712.670	-	712.670
Caixa e equivalentes de caixa	535.957	-	535.957
	1.275.298	257.814	1.533.112

	2014			
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e fornecedores	1.157.957	4.960	2.245.544	3.408.461
Debêntures	-	-	578.615	578.615
	1.157.957	4.960	2.824.159	3.987.076

	2013			
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e fornecedores	1.046.701	48.282	1.919.711	3.014.694
Debêntures	-	-	581.372	581.372
	1.046.701	48.282	2.501.083	3.596.066

8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros (não auditado)

- (a) Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui uma carteira de aproximadamente 1.460 mil clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum dos seus clientes, diluindo assim o risco de inadimplência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa de acordo com a qualidade creditícia das contrapartes.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)		
AAA	736.545	330.484
AA	<u>237.162</u>	<u>205.473</u>
	<u>973.707</u>	<u>535.957</u>

(*) Escala amplamente aceita e conhecida pelo mercado financeiro com metodologia divulgada pelas agências internacionais de classificação de risco.

9 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e aplicações em títulos privados, sendo que esses instrumentos possuem liquidez imediata conferida pela instituição financeira que os emitiu.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Recursos em banco e em caixa	33.673	45.281
Aplicações em CDBs e Títulos privados	<u>940.034</u>	<u>490.676</u>
	<u>973.707</u>	<u>535.957</u>

10 Contas a receber de clientes - circulante

(a) A composição das contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contas de gás a receber	315.849	302.721
Contas de gás parceladas	12.710	12.277
Devedores por venda de equipamentos	26.213	24.921
Ajuste a valor presente	(2.183)	(1.835)
Receita não faturada	350.593	332.454
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(115.913)</u>	<u>(96.683)</u>
	<u>587.269</u>	<u>573.855</u>

As contas de gás parceladas referem-se a parcelamento de valores a receber de clientes em atraso. Os casos vencidos que apresentam riscos de realização estão devidamente provisionados.

A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás do mês, cuja medição e faturamento aos clientes ainda não foram efetuados.

As perdas registradas nos exercícios de 2014 e 2013 estão abaixo demonstradas:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
1ª de janeiro	(96.683)	(106.146)
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(19.165)	(24.592)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	-	34.055
Outros	<u>(65)</u>	<u>-</u>
31 de dezembro	<u>(115.913)</u>	<u>(96.683)</u>

As contas a receber de clientes estão reconhecidas pelo custo amortizado, o qual se equivale ao valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

(b) Sumário do contas a receber de gás de clientes por vencimento:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Valores a vencer	145.778	149.242
Vencidos		
Até 30 dias	55.119	40.968
Acima de 30 dias	<u>114.952</u>	<u>112.511</u>
	<u>315.849</u>	<u>302.721</u>

Em 31 de dezembro de 2014, do valor das contas a receber acima de 30 dias, R\$ 115.913, encontram-se *impaired* (31 de dezembro de 2013, R\$ 96.683).

As demais contas a receber do balanço não contêm ativo *impaired*. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil.

11 Estoques

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Estoque de materiais para construção	86.895	82.361
Produto acabado	2.066	1.735
Materiais diversos	<u>36.445</u>	<u>37.157</u>
	<u>125.406</u>	<u>121.253</u>

12 Transporte pago e não utilizado

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Transporte (<i>ship or pay</i>) PETROBRAS	<u>5.442</u>	<u>158.244</u>	<u>133.823</u>	<u>-</u>
	<u>5.442</u>	<u>158.244</u>	<u>133.823</u>	<u>-</u>

A recuperação dos saldos referente ao "Transporte pago e não utilizado", dar-se-á automaticamente, sem ônus para a Companhia, na medida em que se utilize o transporte acima do percentual estipulado nos contratos, conforme divulgado na Nota 17.

13 Impostos a recuperar

A composição dos impostos a recuperar é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) - a recuperar	52.322	46.429
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) - sobre ativos (i)	31.479	32.738
Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) / Imposto de renda – antecipado	47.947	29.020
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS a recuperar	570	1.971
Outros	<u>274</u>	<u>352</u>
	<u>132.592</u>	<u>110.510</u>
Circulante	115.485	92.144
Não-circulante	<u>17.107</u>	<u>18.366</u>

- (i) Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recuperar sobre ativos corresponde à parcela de ICMS a recuperar sobre a compra de ativos ajustados a valor presente, os quais poderão ser utilizados para reduzir o ICMS a pagar em parcelas mensais ao longo de 48 meses.

14 Intangível

	2013	Movimentações			2014
		Adições	Transferências	Baixas	
Intangível em serviços					
Contrato de concessão	4.876.537	-	497.770	(19.774)	5.354.533
Amortização acumulada (ii)	(1.385.394)	(222.039)	-	13.663	(1.593.770)
	<u>3.491.143</u>	<u>(222.039)</u>	<u>497.770</u>	<u>(6.111)</u>	<u>3.760.763</u>
Fidelização do cliente	891.522	-	141.069	(7.514)	1.025.077
Amortização acumulada (i)	(547.618)	(133.202)	-	3.419	(677.401)
	<u>343.904</u>	<u>(133.202)</u>	<u>141.069</u>	<u>(4.095)</u>	<u>347.676</u>
Software e outros	262.426	-	14.571	-	276.997
Amortização acumulada (i)	(200.176)	(30.106)	-	(108)	(230.390)
	<u>62.250</u>	<u>(30.106)</u>	<u>14.571</u>	<u>(108)</u>	<u>46.607</u>
Total do intangível em serviços	<u>3.897.297</u>	<u>(385.347)</u>	<u>653.410</u>	<u>(10.314)</u>	<u>4.155.046</u>
Intangível em andamento	<u>235.366</u>	<u>661.544</u>	<u>(653.410)</u>	<u>744</u>	<u>244.244</u>
Total do intangível	<u>4.132.663</u>	<u>276.197</u>	<u>-</u>	<u>(9.570)</u>	<u>4.399.290</u>

(i) Taxa média ponderada de 20% a.a.

(ii) Taxa média ponderada apresentada no quadro a seguir.

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01 (R1), em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" os ativos imobilizados relacionados ao Contrato de Concessão, divulgado na Nota 2.11 (item A), sendo que esses ativos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são compostos como seguem:

Valores contábeis líquidos	Taxa média ponderada a.a. - %	Movimentação				
		2013	Adições/transferências	Amortização	Baixa	2014
Terrenos		26.468	-	-	-	26.468
Tubulações	3,4	2.911.424	393.077	(173.832)	(561)	3.130.108
Edificações e benfeitorias	2,7	65.551	8.512	(3.116)	(1)	70.946
Máquinas e equipamentos	5,4	447.866	63.268	(30.628)	(3.516)	476.990
Equipamentos de transporte	20	10.435	2.535	(3.516)	(288)	9.166
Equipamentos e móveis administrativos	10	<u>29.399</u>	<u>30.378</u>	<u>(10.947)</u>	<u>(1.745)</u>	<u>47.085</u>
		<u>3.491.143</u>	<u>497.770</u>	<u>(222.039)</u>	<u>(6.111)</u>	<u>3.760.763</u>

Os valores reconhecidos no "Intangível" e acima demonstrados representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização.

A amortização, calculada com base na vida útil estimada para os ativos construídos em conformidade com o contrato de concessão e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, totalizou a quantia de R\$ 222.039 e foi devidamente apropriada ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o saldo da reavaliação totalizam R\$ 3.888 (nota 19 (b)) em 31 de dezembro de 2014 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 4.581). O valor líquido referente à realização da reserva de reavaliação não é considerado na base de cálculo para distribuição de dividendos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 20.891 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 25.283) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos. A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 10,93% a.a para o exercício findo em dezembro de 2014 (9,72% a.a no exercício findo 31 de dezembro de 2013).

15

Empréstimos e financiamentos

	2014		2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos	456.634	2.098.097	294.269	1.964.678
Debêntures não conversíveis	10.031	568.584	41.046	540.326
Obrigações por arrendamentos financeiros	-	-	1.068	-
	<u>466.665</u>	<u>2.666.681</u>	<u>336.383</u>	<u>2.505.004</u>

(a) **Empréstimos e financiamentos**

		2014		2013	
	Encargos - %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNDES (Projeto IV) - direto	TJLP + 3,2 a.a.	-	-	37.914	-
BNDES (Projeto IV) - direto c/fiança	TJLP + 2,8 a.a.	2	-	91.510	-
BNDES (Projeto V)	TJLP + 2,8 a.a.	114.316	169.851	114.859	283.085
BNDES (Projeto VI)	TJ462 + 1,8 a.a.	80.017	756.196	8.813	516.823
BNDES (Projeto VI)	Selic + 1,8 a.a.	22.777	252.135	576	161.492
BNDES (Projeto VI)	TJLP	1.423	4.001	-	-
Custo de transação		(1.020)	(2.924)	(641)	(2.185)
		<u>217.515</u>	<u>1.179.259</u>	<u>253.031</u>	<u>959.215</u>
Em moeda estrangeira (*)					
EIB II - primeira liberação - USD	3,881 a.a.	42.608	169.419	22.863	182.653
EIB II - segunda liberação - USD	2,936 a.a.	18.964	86.183	2.735	91.372
EIB II - terceira liberação - USD	LIBOR 6M	18.546	167.189	2.070	159.890
EIB II - quarta liberação - USD	LIBOR 6M	17.141	171.414	1.979	162.763
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	3,7975 a.a.	7.501	197.104	6.724	179.507
TOKYO - Resolução nº 4.131	2,5257 a.a.	3.725	127.529	3.257	114.458
BOFA - Resolução nº 4.131	LIBOR 3M + 1,10 a.a.	<u>130.634</u>	<u>-</u>	<u>1.610</u>	<u>114.820</u>
		<u>239.119</u>	<u>918.838</u>	<u>41.238</u>	<u>1.005.463</u>
		<u>456.634</u>	<u>2.098.097</u>	<u>294.269</u>	<u>1.964.678</u>

(*) Conforme divulgado na Nota 5, para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados instrumentos financeiros derivativos visando proteger a Companhia de eventuais oscilações na taxa de câmbio.

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2014
A partir de 1º de janeiro de 2016	446.772
2017	591.896
2018	445.681
2019	317.816
2020	259.611
2021 em diante	<u>36.321</u>
	<u>2.098.097</u>

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais, circulantes e não circulantes, se aproxima aos seus valores contábeis, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. O percentual de nossa dívida é 75,6% pós-fixada e 24,4% prefixada (2013 – 80,8% pós-fixada e 19,2% prefixada).

A Companhia reconheceu o custo de transação referente aos empréstimos do BNDES no montante de R\$ 5.355, já amortizado R\$ 1.411.

Durante o exercício não houve descumprimentos ou violações dos acordos contratuais junto aos credores.

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

- Projeto IV - operação direta com o BNDES: recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú; operação direta com o BNDES: fiança bancária dos Bancos Itaú, Votorantim, Bradesco e Santander, na proporção de 25% cada banco.
- Projeto V - operação direta com o BNDES: fiança bancária do Banco Itaú BBA para 100% do financiamento.
- Projeto VI - operação direta com o BNDES: fiança bancária dos bancos Bradesco (67,83%), Itaú (14,56%) e Safra (17,61%).

(b) Debêntures não conversíveis

				2014		2013	
Data de emissão	Série	Quantidade	Remuneração - %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
05/08/2008	(i) Única	1	CDI + 1,5 a.a.	-	-	34.767	-
15/09/2013	(ii) 1ª	1	CDI + 0,9%	4.489	128.197	2.967	128.197
15/09/2013	(ii) 2ª	1	IPCA+ 5,1%	4.401	291.156	3.095	273.497
15/09/2013	(ii) 3ª	1	IPCA+ 5,6%	2.537	153.980	1.752	144.640
Custo de transação				(1.396)	(4.749)	(1.535)	(6.008)
				<u>10.031</u>	<u>568.584</u>	<u>41.046</u>	<u>540.326</u>

Movimentação	Única	1ª emissão	2ª emissão	3ª emissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	34.767	131.164	276.592	146.392	588.915
Amortização de principal	(33.340)	-	-	-	(33.340)
Amortização de juros	(3.867)	(13.160)	(13.523)	(7.775)	(38.325)
Variação monetária	-	-	16.537	8.746	25.283
Encargos financeiros	2.440	14.682	15.951	9.154	42.227
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>-</u>	<u>132.686</u>	<u>295.557</u>	<u>156.517</u>	<u>584.760</u>

- (i) Em 5 de agosto de 2008, a Companhia concluiu a emissão de uma debênture simples, indivisível e não conversível em ações pelo valor nominal de R\$ 100.000, a qual não possui cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*covenants*) mínimos.

Em agosto de 2012, 2013 e 2014, ocorreram amortizações de principal (33,33%, 33,33% e 33,34%) respectivamente. Os pagamentos de juros foram feitos anualmente sem repactuação. Em agosto de 2012, foi efetuado o quarto pagamento de juros no valor de R\$ 11,84 milhões, em agosto de 2013 o quinto pagamento de juros no montante de R\$ 5,86 milhões e em agosto de 2014 o sexto pagamento de juros no montante de R\$ 3,87 milhões.

- (ii) Em 15 de setembro de 2013, foram emitidas debêntures referente à 3ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em três séries, totalizando R\$ 540 milhões, sendo que o valor total da primeira série correspondeu ao montante de R\$ 128.197, o valor total da segunda série correspondeu ao montante de R\$ 269.338 e o valor total da terceira série correspondeu ao montante de R\$ 142.465.

Em março de 2014, ocorreu pagamento de juros no montante de R\$5,82 milhões, referentes à primeira série da terceira emissão de debêntures.

Os juros da primeira série serão pagos semestralmente nos meses de março e de setembro, até o final da operação. Os juros da segunda e da terceira séries serão pagos anualmente no mês setembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da primeira série será amortizado nos seguintes anos: 4º ano (33,33%), 5º ano (33,33%) e 6º ano (33,34%). O valor do principal e da atualização monetária da segunda série será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 setembro de 2018. O valor do principal e da atualização monetária da terceira série será amortizado em duas parcelas anuais no 6º (50%) e 7º (50%) anos, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de setembro de 2019 e o último pagamento devido em 15 de setembro de 2020.

Para esta emissão há cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*covenants*) conforme seguem abaixo:

I. A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA (LAJIDA) dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior ou igual a 4,00.

II. A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior a 0,60.

O valor justo negociado no mercado secundário de debentures em 31 de dezembro de 2013 para a primeira série foi 100,18% do PU da curva, para segunda série 100,72% e para terceira série 101,68%.

Em 31 de dezembro de 2014, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a primeira série foi de 99,84% do PU da curva, para segunda série 97,45% e para terceira série 101,74%.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia está adimplente com todos os índices financeiros (*covenants*).

16 Instrumentos financeiros derivativos

Valores reconhecidos em relação a instrumentos financeiros derivativos:

		2014		2013	
Em moeda estrangeira	Encargos - %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
EIB II - primeira liberação	94,34 do CDI	4.978	64.346	(2.423)	54.018
EIB II - segunda liberação	95,20 do CDI	1.135	32.932	(3.736)	27.315
EIB II - terceira liberação	88,47 do CDI	(2.147)	75.402	(8.121)	58.444
EIB II - quarta liberação	81,11 do CDI	(2.892)	75.391	(7.473)	58.259
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	113,75 do CDI	(12.015)	49.665	(9.914)	28.037
TOKYO - Resolução nº 4.131	100,00 do CDI+0,6%	(8.013)	37.322	(6.790)	22.305
BOFA - Resolução nº 4.131	100,00 CDI + 0,4%	13.994	-	(9.825)	9.436
		<u>(4.960)</u>	<u>335.058</u>	<u>(48.282)</u>	<u>257.814</u>

		2014		2013	
	Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa	Ponta passiva	
EIB II - primeira liberação	211.078	(141.754)	204.848	(153.253)	
EIB II - segunda liberação	105.147	(71.080)	94.107	(70.528)	
EIB II - terceira liberação	185.330	(112.075)	161.684	(111.361)	
EIB II - quarta liberação	188.555	(116.056)	164.741	(113.955)	
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	204.605	(166.955)	186.232	(168.109)	
TOKYO - Resolução nº 4.131	131.256	(101.947)	117.716	(102.201)	
BOFA - Resolução nº 4.131	130.634	(116.640)	116.428	(116.817)	
	<u>1.156.605</u>	<u>(826.507)</u>	<u>1.045.756</u>	<u>(836.224)</u>	

Como mencionado na gestão de riscos financeiros (Nota 5), a Companhia está exposta a taxas de juros e risco cambial. Todos os instrumentos derivativos são designados como de proteção em conformidade com as políticas da Companhia de gestão de riscos.

Todos os instrumentos derivativos (*swaps*) e os empréstimos objeto dos derivativos são mensurados ao valor justo.

A administração avalia que na apuração feita, com base na análise de riscos e nas características das exposições mapeadas e dos instrumentos contratados para mitigação de riscos, em 31 de dezembro de 2014, os resultados das operações de derivativos serão substancialmente compensados por variações correspondentes nos itens protegidos.

Desta forma, a administração entende que as operações de instrumentos derivativos contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que possam gerar prejuízos materiais oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras formas de variação.

17 Fornecedores

A composição do saldo registrado na rubrica "Fornecedores" é a seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores de gás/transporte	749.022	590.168
Fornecedores de materiais e serviços	<u>99.748</u>	<u>116.229</u>
	<u>848.770</u>	<u>706.397</u>

A Companhia de Gás de São Paulo – Comgás tem contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras e a Gás Brasileiro, nas seguintes condições:

- Contrato com a PETROBRAS na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008, com vigência até dezembro 2019, e com quantidade diária de gás nacional contratada de 5,22 milhões de m³/dia.
- Contrato com a PETROBRAS na modalidade firme, iniciado em junho 1999, com vigência até junho de 2019 e quantidade diária de gás boliviano contratada de 8,10 milhões de m³/dia.
- Dois contratos de gás do Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT) com a PETROBRAS, para abastecimento de 3,06 milhões de m³/dia, sendo 2,76 milhões de m³/dia com a UTE-Fernando Gasparian com vigência até 31 de dezembro de 2015 e 0,3 milhões de m³/dia com a INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA com vigência em 31 de março de 2023.
- Em outubro de 2012 foi firmado um novo contrato de curto prazo para dar continuidade às ofertas de leilão, com vigência até 30 de setembro 2015. Cada CDL (Companhia de Distribuição Local) fará sua oferta de volume e preço. Todo mês poderá haver oferta de gás para 1 e/ou 3 meses (sazonalidade) como nível de Take-or-pay (TOP) 100%.
- Contrato de compra e venda de gás semanal (curtíssimo prazo) com a Petrobras, com vigência até 30 de setembro 2015, no qual a Companhia poderá adquirir gás através de plataforma eletrônica e cuja quantidade diária contratada varia de acordo com os pedidos realizados pela Companhia e aceitos pela Petrobras.
- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, iniciado em abril 2008, com vigência até março 2016 e quantidade contratada de 1,38 milhões de m³/mês e de 16,56 milhões de m³/ ano .

Os contratos de suprimento de gás têm características específicas, como obrigações de retirada mínima de gás por parte da Companhia (take or pay para commodity e ship or pay para transporte), ou seja, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o consumo e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato. Os montantes pagos foram reconhecidos na rubrica "Transporte pago e não utilizado".

Os contratos de fornecimento de gás têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local e/ou americana. O custo do gás é praticado em R\$/m³, sendo o gás boliviano calculado em US\$/MMBTU, com correção mensal da variação cambial.

Em 25 de fevereiro de 2014 a COMGÁS obteve liminar movida contra a PETROBRAS, que garantiu à Companhia o direito de prestar caução mensal do valor controverso devido à PETROBRAS, correspondente à diferença de preços entre (i) o preço praticado no Contrato de Fornecimento de Gás TCQ firmado entre Comgás e Petrobrás e (ii) o preço praticado no Contrato de Fornecimento Firme firmado entre Petrobrás e Gás Brasileiro Distribuidora S.A., considerando a obrigação de isonomia assumida perante o Grupo Petrobras junto à Agência Reguladora Estadual - ARSESP. Inicialmente, a caução foi prestada mediante depósitos bancários que, posteriormente, após liminar concedida pelo STJ, em 06 de novembro de 2014, foram substituídos por carta de fiança emitida por instituição financeira de primeira linha. Dessa forma, os valores controversos apurados entre fevereiro e novembro de 2014 foram garantidos em juízo mediante depósito judicial e os valores controversos apurados a partir de dezembro de 2014 passaram a ser garantidos mediante fiança bancária. No ano de 2014, R\$ 294.976 estão garantidos por depósito judicial e R\$ 78.084 garantidos por meio de fiança bancária.

18 Partes relacionadas

(a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

O saldo a receber referente a partes relacionadas em 31 de dezembro de 2014 é o seguinte:

	<u>2013</u>	<u>Movimentação</u>		<u>2014</u>
		<u>Receitas</u>	<u>Recebimentos</u>	
Shell Brasil S.A.	131	1.090	(1.106)	115
Shell Brasil Ltda.	<u>1.577</u>	<u>16.156</u>	<u>(16.529)</u>	<u>1.204</u>
	<u>1.708</u>	<u>17.246</u>	<u>(17.635)</u>	<u>1.319</u>

O saldo a pagar referente a partes relacionadas em 31 de dezembro de 2014 é o seguinte:

	<u>2013</u>	<u>Movimentação</u>		<u>2014</u>
		<u>Despesas</u>	<u>Pagamentos</u>	
Raízen Energia	1	20.159	(15.368)	4.792
Grupo Shell (CSA)	<u>5.985</u>	<u>7.967</u>	<u>(10.132)</u>	<u>3.820</u>
	<u>5.986</u>	<u>28.126</u>	<u>(25.500)</u>	<u>8.612</u>

Grupo Shell

Commercial Services Agreement (CSA) - a Shell deixará à disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

Raízen Energia

Os saldos registrados como passivo circulante representam serviços compartilhados executados pela Raízen Energia de responsabilidade da Companhia.

(b) Remuneração de administradores e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, no ano estão apresentadas a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários, incluindo remuneração variável	22.678	19.381
Encargos sociais	2.736	1.769
Benefícios, assistência médica e outros	347	629
Planos de pensão	-	239
	<u>25.761</u>	<u>22.018</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social - resultado

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	856.862	880.856
Alíquota - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal	<u>(291.333)</u>	<u>(299.491)</u>
Débitos/créditos permanentes		
Incentivos fiscais	2.366	5.442
Juros sobre capital próprio	49.303	38.241
Adições permanentes	(6.630)	(3.165)
Outros	<u>1.033</u>	<u>(2.972)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)	(245.261)	(261.945)
Taxa efetiva - %	<u>28,62</u>	<u>29,74</u>

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos - saldos

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício findo em 31 de dezembro, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	<u>Obrigação de benefícios de aposentadoria</u>	<u>Provisões</u>	<u>Perdas valor justo</u>	<u>Ativo/(passivo) regulatório</u>	<u>Ágio na incorporação</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Ativo de imposto diferido							
Em 31 de dezembro de 2013	88.892	60.449	39.779	118.228	703.451	(16.423)	994.376
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	8.112	6.287	(6.804)	(35.726)	(140.690)	1.935	(166.886)
Ganhos/Perdas atuariais	<u>(2.293)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.293)</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>94.711</u>	<u>66.736</u>	<u>32.975</u>	<u>82.502</u>	<u>562.761</u>	<u>(14.488)</u>	<u>825.197</u>

	<u>Ganhos de valor justo</u>	<u>Reavaliação de imóveis</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Passivo de imposto diferido				
Em 31 de dezembro de 2013	(38.121)	(4.581)	4.110	(38.592)
(Creditado) à demonstração do resultado	<u>4.547</u>	<u>693</u>	<u>7.206</u>	<u>12.446</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>(33.574)</u>	<u>(3.888)</u>	<u>11.316</u>	<u>(26.146)</u>
Líquido, em 31 de dezembro de 2014				<u>799.051</u>

O crédito relacionado à provisão de plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 25 a 30 anos e os créditos tributários sobre as demais diferenças temporárias têm prazo estimado de três a cinco anos.

A Administração avaliou os efeitos da Lei 12.973/2014 emitida em 13 de maio de 2014 (conversão da MP 627/2013), emitida em 11 de novembro de 2013 e concluiu que mesmo que não opte pela adoção antecipada desta, não haveria efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

20 **Provisão para contingências**

	<u>2013</u>	<u>Atualizações/ ingressos</u>	<u>Baixa por pagamento</u>	<u>Baixa por reversão</u>	<u>2014</u>
Trabalhistas	13.871	9.767	(145)	(1.962)	21.531
Cíveis	41.991	9.995	(319)	(9.835)	41.832
Fiscais	<u>4.217</u>	<u>176</u>	<u>-</u>	<u>(4.389)</u>	<u>4</u>
	<u>60.079</u>	<u>19.938</u>	<u>(464)</u>	<u>(16.186)</u>	<u>63.367</u>

As contingências estão apresentadas liquidas dos seus depósitos judiciais pertinentes.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Trabalhistas ⁽ⁱ⁾	5.081	1.031
Cíveis ⁽ⁱⁱ⁾	62.402	40.644
Tributárias ⁽ⁱⁱⁱ⁾	<u>164.515</u>	<u>163.328</u>
	<u>231.998</u>	<u>205.003</u>

- (i) Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros.
- (ii) Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede. Existem também outros processos de mesma natureza que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.
- (iii) As contingências fiscais referem-se a autuações fiscais ocorridas em anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2014, existem também outros processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

A administração da Companhia, embasada na posição de seus assessores jurídicos, entende que a provisão constituída é suficiente para suprir desembolsos de eventuais desfechos desfavoráveis desses processos.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 1.200.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará, em cada caso, as condições de emissão.

Foi aprovado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2014 o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 238.703 (duzentos e trinta e oito milhões setecentos e três mil reais), passando de R\$ 764.155 (setecentos e sessenta e quatro milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais), em 31 de dezembro de 2013, para R\$ 1.002.858 (um bilhão, dois milhões e oitocentos e cinquenta e oito mil reais).

O capital social está representado por 95.516.162 (noventa e cinco milhões, quinhentos e dezesseis mil, cento e sessenta e dois mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal e totalmente integralizadas, e 26.354.823 (vinte e seis milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e vinte e três) ações preferenciais todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas, e sua composição é a que segue:

Quantidades de ações – milhares em 2014						
	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Cosan S.A. Indústria e Comércio	69.914	73,20	4.048	15,36	73.962	60,69
Integral Investments BV	14.212	14,88	-	-	14.212	11,66
LAPB Poland FIA	-	-	10.058	38,16	10.058	8,25
Shell Brazil Holding B V	7.594	7,95	-	-	7.594	6,23
Skopos Master Participações FIA	673	0,71	590	2,24	1.263	1,04
Outros	3.123	3,26	11.659	44,24	14.782	12,13
	95.516	100	26.355	100	121.871	100

Quantidades de ações - milhares em 2013						
	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Cosan S.A. Indústria e Comércio	68.309	72,74	3.649	14,08	71.958	60,05
Integral Investments BV	14.212	15,13	-	-	14.212	11,86
MCAP POLAND Fundo Inv. em ações	20	0,02	10.848	41,86	10.868	9,07
Shell Brazil Holding BV	7.594	8,09	-	-	7.594	6,34
Skopos Master Fundo de Inv. em ações	1.107	1,18	961	3,71	2.068	1,73
Outros	2.669	2,84	10.454	40,35	13.123	10,95
	93.911	100	25.912	100	119.823	100

(b) Lucros acumulados

Em 1º de janeiro de 2013	
Lucro líquido do exercício	618.911
Juros sobre capital próprio 2013, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(112.474)
Transferência para reserva legal	(31.011)
Realização da reserva de reavaliação	1.318
Transferência para retenção de lucro	(428.917)
Dividendos prescritos	809
Dividendos	<u>(48.636)</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>-</u>
Em 1º de janeiro de 2014	
Lucro líquido do exercício	611.601
Juros sobre capital próprio 2014, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(145.008)
Transferência para reserva legal	(30.671)
Realização da reserva de reavaliação	1.816
Transferência para retenção de lucro	(419.118)
Dividendos	<u>(18.620)</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>-</u>

(c) Dividendos

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 36), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária.

O Estatuto Social da Companhia (artigo 46) também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório.

Conforme Ata do Conselho de Administração de 14 de fevereiro de 2014, foi deliberada a destinação para dividendos de R\$ 48.636 retidos em reservas de lucros em 31 de dezembro de 2013 para dividendos, que foram pagos em 16 de maio de 2014.

Dividendos	
Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2014	611.601
Movimentação de lucros acumulados	1.816
	<u>613.417</u>
Constituição da reserva legal (5%)	30.671
Base de cálculo dos dividendos	<u>582.746</u>
Dividendos mínimos 2014	<u>145.686</u>
Juros sobre capital próprio bruto	(145.008)
Imposto de renda sobre juros capital próprio	<u>17.942</u>
Juros sobre capital próprio líquido	<u>(127.066)</u>
Total do dividendos a pagar	<u><u>18.620</u></u>

(d) Juros sobre o capital próprio

Em 14 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2013, no valor de R\$ 112.474, que foi pago em 16 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2014, no valor de R\$ 145.008, que foi paga em 30 de dezembro de 2014.

(e) Destinação do saldo do resultado do exercício

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

Caberá a próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei no 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

(f) Reserva especial de ágio

Conforme deliberado pelos acionistas quando da aprovação do "Protocolo e Justificação de Incorporação, referente à incorporação da Provence pela Companhia de Gás de São Paulo - Comgás" na AGE realizada em 19 de dezembro de 2012, o valor do benefício fiscal auferido no exercício de 2014 foi de R\$ 140.690.

22 Obrigações com benefícios de aposentadoria

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 695.

A Companhia mantém com o Bradesco Vida e Previdência S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Não houve parcela da Companhia nas contribuições do exercício de 2014, (R\$ 4.846 no exercício de 2013), reconhecidos na demonstração do exercício, rubrica "Despesas gerais e administrativas". O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

As principais premissas utilizadas para apurar as obrigações com benefícios previdenciários da Companhia são as seguintes:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Taxa de desconto	12,78	12,36
Taxa de inflação	6,00	5,5
Retorno esperado sobre os ativos do plano	12,78	12,36
Aumentos salariais futuros	9,18	8,66
Aumentos de planos de pensão futuros	6,00	5,5
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3	3
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-1984	UP-1984
Rotatividade	0,3/(tempo de serviço + 1)	0,3/(tempo de serviço + 1)

O plano de Benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

A composição do saldo relativo ao passivo atuarial está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Valor das obrigações atuariais	284.770	274.433
Valor justo dos ativos do plano	(6.208)	(7.191)
Passivo atuarial líquido	<u>278.562</u>	<u>267.242</u>

A movimentação do passivo atuarial no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro	267.242	291.041
Despesa no exercício	32.735	27.700
Contribuições do empregador	(14.672)	(14.969)
Ganho/Perda atuarial reconhecida em outros resultados abrangentes	(6.743)	(36.530)
Passivo atuarial líquido	<u>278.562</u>	<u>267.242</u>

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata em outros resultados abrangentes.

As despesas reconhecidas ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	767	824
Juros sobre obrigação atuarial	32.856	27.512
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(888)</u>	<u>(636)</u>
Despesas	<u>32.735</u>	<u>27.700</u>

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na Nota 19(b) "Impostos de renda e contribuição social diferidos", no grupo "Não circulante".

23 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A agência reguladora "ARSESP" determina as tarifas pelos diversos segmentos de negócio. A Companhia não efetua análises de ativos por segmento para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa, representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da Companhia não pode ser segregada por segmento, pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de segmentos diferentes.

A composição da margem por seguimento é a seguinte:

[illegible]

Margem por segmento - 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013

[illegible]

24 Receita

As receitas líquidas de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Vendas brutas de produtos e serviços	7.840.469	7.757.365
Impostos sobre vendas	<u>(1.453.366)</u>	<u>(1.420.724)</u>
Receita líquida	<u><u>6.387.103</u></u>	<u><u>6.336.641</u></u>

25 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do exercício por função.

Conforme requerido pelo CPC 26 (R1), segue a abertura das despesas por natureza:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo do gás	3.580.552	3.474.985
Custo de transporte e outros	433.044	409.944
Custo de construção	481.314	671.643
Despesas com pessoal	196.161	186.523
Despesas com materiais/serviços	250.499	247.328
Amortização	<u>384.781</u>	<u>331.388</u>
Despesas por natureza	<u><u>5.326.351</u></u>	<u><u>5.321.811</u></u>
Custo do produto vendido	4.494.910	4.556.572
Despesas com vendas	116.592	121.979
Despesas gerais e administrativas	<u>714.849</u>	<u>643.260</u>
Total	<u><u>5.326.351</u></u>	<u><u>5.321.811</u></u>

26 Receitas e despesas financeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Juros empréstimos/financiamentos/debêntures	(213.243)	(191.060)
Comissões/despesas bancárias	(25.414)	(19.895)
Capitalização de juros	20.891	25.283
Juros CPC 33 (R1) - benefício pós-emprego	(31.849)	(27.497)
Ajuste valor a mercado	-	(2.348)
Outras	(4.621)	(5.522)
	<u>(254.236)</u>	<u>(221.039)</u>
Variações monetárias líquidas		
Empréstimos e financiamentos	(50.274)	(14.852)
Variações monetárias ativas	8.999	1.125
Variações monetárias passivas	-	(6.139)
	<u>(41.275)</u>	<u>(19.866)</u>
Receitas financeiras		
Encargos moratórios de clientes	15.761	16.499
Receitas de aplicações financeiras	82.368	30.769
Juros	2.202	2.559
Ajuste valor a mercado	1.353	-
Outras	802	73
	<u>102.486</u>	<u>49.900</u>
	<u>(193.025)</u>	<u>(191.005)</u>

27 Resultado por ação

Não há ações potenciais com efeitos diluidores, portanto não há diferença entre o lucro básico ou diluído por ação.

	<u>2014</u>			<u>2013</u>		
	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Total</u>
Lucro líquido do exercício	<u>142.407</u>	<u>469.194</u>	<u>611.601</u>	<u>144.109</u>	<u>474.802</u>	<u>618.911</u>
Quantidade de ações (milhares)	<u>26.212</u>	<u>94.997</u>	<u>121.209</u>	<u>25.912</u>	<u>93.911</u>	<u>119.823</u>
Resultado por ação - R\$	<u>5,43</u>	<u>4,94</u>	<u>5,05</u>	<u>5,56</u>	<u>5,06</u>	<u>5,16</u>

28 Seguros

As principais coberturas de seguros, efetuadas de acordo com a natureza e o grau de risco contra eventuais perdas de patrimônio da Companhia, são as seguintes:

<u>Risco</u>	<u>Cobertura</u> <u>(Não auditado)</u>
Risco operacional	120.000
Responsabilidade civil	160.000

29 Compromissos assumidos

(a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

Os compromissos para aquisição de intangível no montante de R\$ 13.257 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 23.687 em 31 de dezembro de 2013), são referentes a gastos já contratados e ainda não incorridos relacionados a aquisição, suporte e administração da rede de distribuição de gás, bem como a gastos administrativos e de tecnologia para a manutenção do negócio da Companhia.

Face à postergação da conclusão da Revisão Tarifária Quinquenal 2014 em consequência das publicações das Deliberações ARSESP 493 e 494, ambas de 27 de maio de 2014, que dispõem, respectivamente, sobre o “Processo de Revisão Tarifária das concessionárias de distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo, definindo cronograma de eventos”, e sobre o “ajuste provisório das margens de comercialização da Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS”, não há compromisso Regulatório definido em 31 de dezembro de 2014. O compromisso regulatório no montante de R\$ 425 em 31 de dezembro de 2013, foi definido na revisão tarifária, em maio de 2009, com vigência até maio de 2014.

(b) Compromissos com contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui 15 contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram R\$ 4.639 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 5.741).

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigações brutas de arrendamento - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	4.080	4.799
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>6.233</u>	<u>9.413</u>
	<u>10.313</u>	<u>14.212</u>

* * *